

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**JOÃO OSVALDO FRACASSO JÚNIOR**

**WILLIAM HENRIQUE BARBOSA**

**SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO  
ECOTURISMO NA TRILHA DO MORRO DO ESCALVADO - PARQUE  
NACIONAL SAINT HILAIRE/LANGE**

**MATINHOS – PR**

**2018**

JOÃO OSVALDO FRACASSO JÚNIOR  
WILLIAM HENRIQUE BARBOSA

**SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO  
DO ECOTURISMO NA TRILHA DO MORRO DO ESCALVADO - PARQUE  
NACIONAL SAINT HILAIRE/LANGE**

Projeto de Intervenção apresentado ao Curso de Gestão de Turismo da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão em Turismo.

Orientador: Prof. José Pedro Da Ros

**MATINHOS –PR  
2018**

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – VISTA ÁEREA DO PARQUE NACIONAL SAINT HILAIRE-LANGE...	41
FIGURA 2 – ALTO DO MORRO DO ESCALVADO VISTO DO BAIRRO BOM RETIRO	
.....	41
FIGURA 3 – ENTRADA – RUA ALBANO MULLER	
.....	44
FIGURA 4 – RUA ALBANO MULLER – LANCHONETE DA VERA	
.....	44
FIGURA 5 - RUA ORESTES PECHEBELLA.....	
	45
FIGURA 6 – RUA ORESTES	
PECHEBELLA.....	45
FIGURA 7 – RUA ORESTES	
PECHEBELLA.....	46
FIGURA 8 – ENTRADA DA TRILHA, RUA ORESTES	
PECHEBELLA.....	46
FIGURA 9 - ENTRADA DA TRILHA, RUA ORESTES	
PECHEBELLA.....	47
FIGURA 10 - ENTRADA DA TRILHA, RUA ORESTES	
PECHEBELLA.....	47
FIGURA 11 – EXEMPLO DE PLACA DE TRILHA	
.....	48
FIGURA 12– EXEMPLO DE PLACA DE TRILHA .....	48
FIGURA 13 – BIFURCAÇÃO EXISTENTE NO MEIO DO TRAJETO	
.....	49
FIGURA 14 – BIFURCAÇÃO EXISTENTE – MEIO DO TRAJETO.....	
	50
FIGURA 15 – EXEMPLO DE SINALIZAÇÃO NA TRILHA	
TRANSCARIOCA.....	50

FIGURA 16 – EXEMPLO DE SETA DIRECIONAL.....	51
FIGURA 17 – ALTO DO MORRO DO ESCALVADO.....	51
FIGURA 18 – ALTO DO MORRO DO ESCALVADO – RUÍNAS.....	52
FIGURA 19 – VISTA DO ALTO DO MORRO DO ESCALVADO.....	52
FIGURA 20 – VISTA DO ALTO DO MORRO DO ESCALVADO .....	52
FIGURA 21 – EXEMPLO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO – DE METAL .....	53
FIGURA 22 – EXEMPLO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO – DE METAL .....	53

## RESUMO

O presente trabalho versa sobre um projeto de intervenção em um atrativo natural que faz parte do Parque Nacional Saint Hilaire/Lange na cidade de Matinhos - Paraná, as trilhas encontradas no Morro do Escalvado. Apresenta um referencial bibliográfico sobre Ecoturismo em suas atualidades, as práticas realizadas em trilhas da natureza, as consideradas boas práticas de Ecoturismo em áreas protegidas,

sustentabilidade no turismo e sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Aspectos estes relacionados a interpretação ambiental e aos painéis interpretativos que compõe a sinalização das trilhas. O acesso ao alto do Morro da Cruz ou Morro do Escalvado como se dá por uma área bem urbanizada próxima a Prefeitura Municipal de Matinhos, entre as rodovias PR412 e PR508 e trata-se na opinião dos autores do presente projeto de intervenção como um dos principais potenciais atrativos ecoturísticos para o município de Matinhos. Desta forma esta investigação aborda as possibilidades sobre a área, sobre a potencialidade turística da cidade centrada no Ecoturismo e no Turismo de Aventura, com um projeto de intervenção para o uso adequado das trilhas no Morro do Escalvado no Parque Nacional Saint Hilaire/Lange com os procedimentos operacionais necessários para que se realize esta prática.

Palavras-Chave: Morro do Escalvado - Parna Saint Hilaire/Lange, Trilhas e Ecoturismo, Sinalização

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>8</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>9</b>
3.1 ECOTURISMO NA ATUALIDADE.....	9
3.2 BOAS PRÁTICAS DE ECOTURISMO NO BRASIL .....	11
3.3 SUSTENTABILIDADE NO TURISMO .....	14
3.4 TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS.....	19
3.5 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA...	23
3.6 PARQUES NACIONAIS E ECOTURISMO.....	25
3.7 INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL.....	27
3.8 PAINÉIS INTERPRETATIVOS.....	30
3.9 SINALIZAÇÃO EM TRILHAS .....	33
<b>4 DIAGNÓSTICO .....</b>	<b>37</b>
4.1 MATINHOS - PR .....	37
4.2 TURISMO NO MUNICÍPIO DE MATINHOS – PR.....	38
4.3 PARQUE NACIONAL SAINT HILAIRE LANGE / MORRO DO ESCALVADO.....	39
<b>5 ANÁLISE DE FORÇAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS.....</b>	<b>42</b>
<b>6 CRONOGRAMA DE AÇÃO .....</b>	<b>43</b>
<b>7 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS .....</b>	<b>55</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente projeto teve como objetivo a busca de melhorias em uma área de preservação ambiental. O Morro da Cruz, ou Morro do Escalvado como é conhecido na cidade de Matinhos no Paraná, se encontra na área do Parque Nacional Saint Hilaire/Lange. A carência de um estudo específico para as suas trilhas nos fez buscar informações para desenvolver sugestões e possíveis melhorias para o lugar e a comunidade em sua volta, obtendo assim desenvolvimento para o morro e para o próprio município.

Alguns problemas como a descaracterização da mata nativa, acidentes nas trilhas por falta de manutenção e acessos indevidos acabariam através das placas de orientação sobre riscos e demais informações sobre a trilha e estaria estimulando a sustentabilidade, trabalhando com a comunidade local. Com um projeto de sinalização simples desenvolvido pelo ICMBIO em 2018, estaríamos poupando recursos gastos nessas situações além de atrair uma quantidade de público turístico bem superior e de uma forma bem mais segura e adequada para a unidade, diferente da que é apresentado atualmente, podendo assim ser vendido como atrativo turístico, além de estar promovendo e fomentando o ecoturismo da localidade.

## 2 OBJETIVOS

1. Investigar as possibilidades para o desenvolvimento de sinalização da trilha do Morro do Escalvado – Parque Nacional Saint Hilaire/Lange, Matinhos - Paraná;
2. Avaliar as consideradas boas práticas de Turismo realizadas em Unidades de Conservação, trazendo como exemplos práticos para um benchmarking, que serão desenvolvidas no Morro do Escalvado – Parque Nacional Saint Hilaire/Lange;
3. Analisar o percurso da trilha do Morro do Escalvado – Parque Nacional Saint Hilaire/Lange e entender a atratividade que ele tem sobre a cidade de Matinhos-PR;
4. Desenvolver um projeto de implantação de placas de sinalização e informações nas trilhas do Morro do Escalvado – Parque Nacional Saint Hilaire/Lange.



### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 ECOTURISMO NA ATUALIDADE

O Turismo quando associado a práticas de contato com a natureza, preservação ambiental e envolvimento com áreas naturais, se torna o segmento chamado Ecoturismo. Em torno dessa prática podemos dizer que estão envolvidas, grandes políticas ambientais de preservação que buscam todo o desenvolvimento de um lugar ou destino, em torno das boas práticas do Turismo Sustentável.

Infelizmente, mesmo sendo um modelo de Turismo de baixo impacto, o Ecoturismo causa danos ambientais irreversíveis, assim se torna indispensável uma educação ambiental, para que haja mudanças na consciência das pessoas que frequentam esses lugares, visando um repasse maior de informações para outras pessoas que futuramente irão frequentar esses lugares, mostrando a elas a melhor forma de realizar essas atividades, realizando um Turismo de baixo impacto.

Existem além de todos esses impactos ambientais, as consequências socioculturais, que acabam descaracterizando a cultura local e seus costumes acabam se perdendo; costumes acabam se tornando shows ou atrações; preços e mercadorias sobem de valor; acontecendo um movimento migratório atrás de empregos, promovendo excesso de mão de obra e falta de moradia nos centros turísticos. Por outro lado, existem benefícios, motivo pelo qual o ramo começou a se expandir. Junto com a consciência ambiental é desenvolvido um “orgulho étnico” vindo das comunidades locais, fazendo acontecer um desenvolvimento dos serviços que serão prestados aos turistas, beneficiando a comunidade local. Outro grande benefício seria a criação de áreas, programas entidades de proteção à fauna e flora nessas unidades de conservação.

O Ecoturismo tem ganhado muita força nos últimos anos, estimulando bastante as agências de Turismo desse segmento, e dos segmentos próximos como o Turismo de aventura, o Turismo rural ou o Turismo cultural que já tem o conhecimento de que o Brasil tem um bioma muito rico, com diversos ecossistemas e com uma capacidade de expandir principalmente empresas como as que trabalham com hospedagem em áreas naturais.

Como essas atividades tem se tornado muito mais comuns entre os setores, podemos dizer que é preciso definir e orientar, assim o Ministério do Turismo tem uma conceituação sobre Ecoturismo:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p.17).

O Ecoturismo tem grande potencial econômico, isso pelo fato de seus atrativos proporcionarem aos seus visitantes, vivências envolvendo em conjunto com a sustentabilidade e conservação do lugar que andam de mãos dadas com o setor econômico, não prejudicando assim a identidade cultural em torno do atrativo. Quando falamos em não prejudicar, temos que lembrar que nessas regiões existem moradores preocupados em proteger e fortalecer a cultura do local, e talvez a demanda de visitantes acabe se tornando algo ruim do ponto de vista dos moradores locais.

Para se realizar uma atividade nesse segmento, depende do estilo de público que o atrativo irá receber, pode ser uma trilha, um trekking, uma atividade de contemplação acompanhado de pausas para fotografia e caminhadas, desta forma destaca-se o esporte. A maioria das atividades realizadas no setor, são frequentadas por pessoas com alta consciência ambiental e normalmente esse perfil procura por atividades que envolvam proteção ambiental e cultural dos atrativos que proporcionam estímulo e expectativa sustentável para o futuro da comunidade envolvida.

O Ministério do Turismo, no Livroto Turismo de Aventura, Orientações Básicas, caracteriza o perfil do turista que busca esse estilo de atividade. Em 2010 realizou uma pesquisa, concluindo que em sua maioria, quando a atividade se tratava de Turismo de Aventura ou Ecoturismo o perfil do turista seria:

✓	A maioria do sexo masculino;
✓	Tem idade entre 18 e 29 anos;
✓	Solteiros;
✓	Ensino Médio completo e superior incompleto;
✓	Classe Social B;
✓	Hábitos de viajar em grupo;
✓	Contribui para o planejamento de sua viagem;
✓	Demonstra respeito pelo ambiente natural e social;
✓	Exige qualidade, segurança, acessibilidade e informação (2010, p.26).

Fonte: Ministério do Turismo, Livroto Turismo de Aventura, Orientações Básicas (2010).

Dessa forma podemos observar que normalmente os praticantes estão abertos para diversas atividades, dependendo apenas de seu interesse, mostrando que os destinos e atrativos tem que estar prontos para receber não só perfis como este e sim vários outros tipos de turistas, que também estão dispostos a realizar essas práticas, cada um com sua particularidade, mostrando ainda mais como o atrativo tem que estar preparado para a recepção dessas demandas.

### 3.2 BOAS PRÁTICAS DE ECOTURISMO NO BRASIL

Dessa forma irá compreender as bases de informações para uma gestão de uma atividade turística no lugar, vendo qual público atrair, quais as particularidades de fauna e flora, características de relevo, registros de serviços, leis que entornam o lugar, fazendo assim o planejamento, atratividade e funcionamento do lugar melhorarem significativamente na hora do desenvolvimento da atividade, podendo buscar objetivos como um Turismo de forma sustentável para o lugar, fortalecendo e protegendo as regiões ao invés de impactar o meio, além de mostrar a importância da pesquisa para o seu desenvolvimento econômico.

Alguns fatores quando acabam se unindo, geram resultados positivos, fatores como organização das iniciativas públicas e privadas aliadas com a comunidade, e que melhorem a qualidade dos serviços que serão oferecidos, apresentam resultados significativos através de boas práticas, que se tornam realmente importantes quando relacionadas as atividades do setor.

O “Manual de boas práticas no Turismo” disponibilizado pelo próprio Ministério do Turismo em 2010, apresenta exemplos de como métodos as vezes muito mais simples do que os que são utilizados atualmente, tornam o Turismo muito mais presente e ativo na comunidade. Algumas empresas têm direcionado sua atenção na solução de problemas que ocorrem em destinos turísticos que tem baixa recepção por falta de infraestrutura ou por falta de demanda, e melhoram significativamente esses pontos através desses métodos, na tentativa de ampliar a confiabilidade entre turista e as empresas que disponibilizam esses serviços. Outra questão de extrema importância é a garantia que ocorrera um Turismo muito mais responsável e limpo pela parte do turista que tem se mostrado uma grande ferramenta de destruição não sabendo aproveitar muitas vezes o valor histórico que tem nas mãos.

O desenvolvimento de projetos tem minimizado impactos como o da sazonalidade em alguns lugares, projetos que tem aumentado a demanda e tornado o que era tratado como um período de problemas, em um período de soluções. Esses momentos devem ser utilizados principalmente para adquirir recursos e atrair até mesmo investidores já capacitados a monitorar essas atividades e perceber os pontos fracos e as potencialidades de um ambiente, podendo futuramente de uma forma organizada e articulada mudar o padrão do destino turístico e aumentar a captação de recursos financeiros pela comunidade, prefeitura e empresas.

O manual de boas práticas é uma ferramenta literária de grande importância para as empresas, que assim poderem realizar adaptações positivas durante todo o processo de avaliação das atividades turísticas, garantindo uma expansão de mercado e de público selecionado através de profissionais com qualificações mínimas para realizar a função prática dessas atividades.

A acessibilidade como mostra o Manual de Orientações, Turismo e Acessibilidade, disponibilizado pelo Ministério do Turismo tem sido tratada como um ponto importante de decisão dos turistas na hora de escolher seu destino. Empresas e lugares que não caracterizam esses serviços têm baixa popularidade entre os viajantes, devido à grande demanda que existe. Cada vez é de maior importância que as empresas se preparem e já tenham em sua base de objetivos, qualificações para ter adaptações na recepção de pessoas que necessitam de acessibilidade, normalmente na parte de infraestrutura de destinos.

Garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência com segurança e rapidez, hoje em dia tem se tornado cada vez mais comum, difícil e necessário.

Acessibilidade é tratada como condição ao alcance, percepção ou entendimento para a utilização com segurança e autonomia a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Acessível é o espaço que possa ser acessado, alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. Tanto acessibilidade física como de comunicação. No Turismo de Aventura e Ecoturismo, o conceito de acessibilidade se estende aos produtos oferecidos, equipamentos e procedimentos operacionais, que devem ser acessíveis, sob o ponto de vista físico e também da comunicação, a todas as pessoas, inclusive as com deficiência ou mobilidade reduzida" (ABNT NBR 9050: 2004, p. 2).

Duas fortes razões para as empresas do setor, investirem em acessibilidade seria o acesso a um mercado com grande potencial e com pouco investimento ainda e estaria participando de um importante fator social, desenvolvendo assim a dignidade

das pessoas, além de incentivar a não discriminação, e desenvolvendo o respeito entre as pessoas e entre a diversidade. Para uma empresa se adequar a esses padrões são necessárias qualificações de infraestrutura, condições de segurança adequadas e uma equipe de funcionários e colaboradores treinados para receber esse público específico.

Exemplos de público desse setor seriam pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; um amputado, um cego, um idoso com o auxílio de uma bengala, todos os públicos desde deficiências físicas, auditivas, visuais, intelectuais e múltiplas. No Brasil, a Lei federal nº10.048/2000, estabelece prioridade de atendimento, a Lei Federal nº 10.098/2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida são referências em acessibilidade e foram regulamentadas pelo Decreto nº5.296/2004, que apresenta definições que tem sido admitidas em situações não abrangidas por essas duas leis.

Como qualquer pessoa, as que possuem alguma deficiência tem vontade e interesse de viajar pra novos lugares, realizar atividades que lhe deem experiências novas em suas horas de lazer, buscando puramente o prazer e a diversão.

Especialmente as pessoas que possuem alguma deficiência, são aquelas que irão buscar realizar atividade de aventura que estejam fora de seu cotidiano, junto com parentes ou amigos, com o intuito de se superar, ter o prazer em realizar uma atividade de aventura, talvez seja algo que pareça impossível ou muito complicado para se realizar com segurança para alguns, assim temos a importância na implementação de medidas de acessibilidade e mobilidade.

A necessidade de pessoas com deficiência durante uma viagem, de situações que vão desde condições adequadas de recepção do hospede, a meios de transporte específico e hospedagem acessível, outras são completamente independentes e viajam até mesmo sozinhas.

Temos que entender que uma deficiência acaba fazendo parte da pessoa e o melhor jeito de se expressar sobre um assunto delicado é se referindo com respeito. O termo “pessoa com deficiência” valoriza a pessoa, não como um equívoco como “portadora de deficiência” que transmite algo como se a pessoa “porta” algo, que poderia ser deixado para traz, o que evidentemente não é possível.

Embora exista todo um trabalho voltado para a conscientização de empresas e destinos em se preocupar com essa questão de extrema importância, no Brasil ainda

não é uma realidade. Com o passar dos anos a legislação tem sido melhorada para que as pessoas possam ter seus direitos iguais garantidos e para realizar um bom atendimento para esse público. É de fundamental importância que as empresas estejam atentas as mais novas inovações de recursos de acessibilidade disponíveis no mercado, garantindo assim um grande potencial econômico e melhorando cada vez mais seus serviços dentro dos parâmetros técnicos de segurança exigidos, a tendência de demanda do mercado é de somente aumentar, economicamente podemos visualizar um grande gerador de renda nesse setor do mercado turístico.

### 3.3 SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

Representar princípios de sustentabilidade é o que toda empresa turística deveria fazer. Os benefícios que são obtidos através de ações básicas durante as atividades, acarretam uma série de benefícios, aos clientes, trabalhadores, comunidade locais, além do próprio atrativo, que acaba sendo utilizado de forma mais responsável, maximizando resultados positivos e minimizando os negativos.

Desenvolvendo essa consciência de um Turismo mais sustentável, as empresas tendem a melhorar seu crescimento econômico e desenvolvem uma rentabilidade muito melhor para si mesma. Esses desenvolvimentos na parte das equipes e de ferramentas de trabalho proporcionam uma economia, pois as mesmas, duram muito mais, diminuindo gastos com manutenção e reposição, e as equipes de trabalho, sendo mais capacitadas, acabam operando essas ferramentas de forma adequada, cuidando desse ambiente, pensando no futuro. Outro ponto importante é o emocional da equipe que está atuando. É muito importante que os membros da equipe se sintam bem, dentro e fora do trabalho, isso gera uma confiança muito maior entre patrão e funcionário, desenvolvendo assim maior produtividade durante as atividades.

Fomentar um ambiente de trabalho que busca desenvolvimento no meio de boas relações, atrai uma demanda muito maior, pela confiança e a segurança que é passada para o cliente. Isso o motiva a participar e integrar-se culturalmente ao local que está visitando, praticando novas experiências durante sua permanência turística no lugar.

Em interação harmônica com a cultura e comunidade local, alcançasse uma relação de respeito e manifestação, que muitas vezes são desconhecidas pelas

próprias empresas que ofertam o destino. Geralmente a maioria das populações é hospitaleira e cordial com seus visitantes, quando se mostra interessada em um possível desenvolvimento sustentável turístico. Para que se tenham resultados positivos à comunidade deve ser envolvida em todo o processo de planejamento, gestão, até se alcançar os benefícios econômicos, ecológicos e socioculturais que se buscam.

Quando a comunidade se envolve com as empresas que tem interesse em desenvolver esses projetos, é criado um vínculo de V que sustente a valorização das raízes culturais e riquezas naturais, se preocupando em respeitar as diferenças do seu desenvolvimento antigo, esses serviços que são prestados acabam ganhando valor diferenciado dependendo do seu posicionamento para captação de recursos.

Reconhecendo os esforços que cada comunidade com sua particularidade tem em conservar e melhorar, as empresas têm a tarefa de contribuir com a comunidade com recursos de autenticidade e compatibilidade com a realidade local. Essa conservação patrimonial estimula gradativamente a demanda turística do lugar, devido aos seus cuidados de preservação. Para isso devem se desenvolver estratégias de gestão de Turismo que estejam em conformidade com esses patrimônios, respeitando sua autenticidade.

A autenticidade de um lugar é elemento fundamental para o legado de sua memória e tradições. Esses lugares resgatam a história que hoje se torna protagonistas de um fluxo turístico, que vem a oferecer uma verdadeira experiência cultural aos seus visitantes, sendo usado como elemento na hora de atrair turistas. Esse mesmo turista espera encontrar algo no destino acessível a informação profissional, segurança e acessibilidade, tudo isso sendo administrado de uma forma particularmente sustentável pela empresa turística que ele contratou para aproveitar ao máximo seu tempo de lazer atraindo apenas resultados positivos para sua experiência, isso vai mostrar se o cliente tende a aprovar ou desaprovar a qualidade da empresa na hora de oferecer o serviço turístico.

A sustentabilidade tem sido vista como item obrigatório em um país como o Brasil, rico em atrativos naturais. É importante capacitar às pessoas, levando até elas conhecimento e boas práticas de sustentabilidade, gerando assim, um retorno positivo econômico, social e ambiental. É possível que com isso as pessoas levem até seu dia a dia e possam se tornar agentes multiplicadores de sustentabilidade, que beneficiem o meio ambiente, as comunidades locais e destinos turísticos.

De acordo com a revista “Turismo e Sustentabilidade do Ministério do Turismo, a definição para sustentabilidade é: “Atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas.” (2016 p.07)

Já a definição de Turismo Sustentável: “Turismo sustentável é a atividade que satisfaz a necessidades do visitante e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro” (2016 p.07).

As grandes mudanças que tem ocorrido nos últimos anos, tem levado aos empreendedores a manter e gerenciar seus negócios com base primariamente na sustentabilidade, pois tem visto que esse setor tem sido levado em grande consideração e visibilidade e tem tido retornos econômicos positivos e expressivos. É notável a preferência das pessoas por empresas que buscam a sustentabilidade em seu meio de trabalho, quando procuram gerir e administrar seus impactos causados.

Quando uma empresa trabalha com boas práticas em cima da sustentabilidade acaba contribuindo para todo um desenvolvimento de uma comunidade, o aumento na geração de empregos e renda para uma localidade através da divulgação de produtos locais e a participação mais frequente em projetos sociais do município.

Quando falamos em sustentabilidade devemos lembrar em economizar recursos desde que não comprometa a qualidade e segurança dos serviços oferecidos, à produtividade da equipe e ao conforto do consumidor, nem resultando na diminuição de postos de trabalho, e sim em maior capacitação e contratação de trabalhadores na região. Lembrando que sempre vão existir empresas que vão agir de má fé utilizando aquilo que chamamos de “Marketing Verde”, ressaltando ações de sustentabilidade superficiais, apenas buscando sua promoção e retorno financeiro.

De acordo com o Guia de Turismo e Sustentabilidade (2016; p. 9), a água, recurso natural essencial para a sobrevivência dos seres vivos, é também fator de produção de basicamente todos os bens de consumo, e elemento representativo de valores sociais e culturais. O seu volume no planeta é estável, mais sua disponibilidade varia bastante de acordo com a região. Sabe-se que 97,5% de toda a água na terra está nos mares, rios e oceanos, e dos 2,5% restantes, sob forma de água doce, apenas uma pequena parte está disponível para consumo.

Um gerenciamento da sustentabilidade coerente e consistente para um município é relevante, pois através dele controlamos impactos, na busca de resultados



que possam contribuir com a conservação, revitalização e recuperação de recursos naturais, buscando sempre resultados éticos, contribuindo com a justiça social e valorização da cultura local.

A importância no processo de monitoria de controle desses impactos socioculturais, ambientais e econômicos, leva a concentrarem e detectarem possíveis falhas nesses mecanismos de controle das atividades e assim fornecer resultados positivos, a fim de modificar a situação atual.

Em uma monitoria de gestão da sustentabilidade, alguns parâmetros podem ser utilizados para caracterizar as particularidades de cada lugar. Acompanhamentos que devem ser feitos para evitar o risco e o número de problemas ambientais aumentarem. Parâmetros como consumo de água por hospede, geração de resíduos por hospede, porcentagens de resíduos recolhidos e reciclados ou encaminhados para a compostagem ou a porcentagem do faturamento de uma empresa destinado a causas ambientais. Indicadores que podem ser utilizados para um empreendimento turístico hoteleiro.

A importância da sociedade local em participação com projetos de conservação e desenvolvimentos do lugar tem se tornado comum. Atribuindo resultados a comunidade local que vem sendo estimulada a participar, se tornando indispensável para construir, conjuntamente, propostas factíveis e realistas e minimizar as chances de rejeição ao projeto. Em momentos de avaliação devem ser levadas em consideração ações e estratégias para uma melhor projeção do futuro, analisando efeitos das mudanças induzidas sobre o local. As mudanças nas mentalidades e comportamentos de diferentes sociedades e grupos com padrões diversos são resultado de um trabalho de cultura com a sociedade buscando sustentabilidade econômica e ambiental no Turismo.

Quando falamos no conceito de sustentável, tanto o setor público como os outros demais envolvidos nessa cadeia produtiva do Turismo, tem deveres e obrigações para com a conservação ambiental e a otimização do uso dos recursos naturais, aliados ao crescimento econômico, porém com a atenção voltada à melhoria da qualidade e das condições de vida das comunidades locais participantes no processo. Todo esse processo de desenvolvimento, busca levar a um crescimento definido e que busca a integração dos diferentes segmentos sociais à cadeia produtiva do Turismo.

Através desse trabalho de acompanhamento o setor público tem que ser eficaz e eficiente com suas ações. É nesta monitoria de dados que é especificado quais serão as ações futuras, tomadas de decisões e alterações nos mecanismos do processo. O caminho eficiente é aquele que consegue aliar o alcance do objetivo com o baixo custo.

É importante lembrar da importância do processo de monitoria e avaliação como uma importante etapa do processo de elaboração e implementação do processo de gestão da sustentabilidade econômica.

A cada ano, o número de destinos turísticos aumenta na medida em que países, estados e municípios percebem o Turismo como uma atividade econômica prioritária. O sistema turístico regional precisa se adaptar ao mercado e melhorar continuamente seus processos e tecnologias para ampliar não apenas o número de atividades, mas, sobretudo, a qualidade dessas ofertas.

Para atender às necessidades dos turistas, os destinos turísticos precisam de produtos e serviços de um amplo número de fornecedores, por essa razão, é preciso que as instituições públicas e privadas de Turismo cooperem entre si para negociar acordos coletivos, que criem condições favoráveis para as organizações que atuam na região.

De acordo com o Programa de Regionalização do Turismo (2013, p.20), para promover a sustentabilidade no Turismo Regional é necessário um planejamento entre os municípios da região. Neste planejamento deve haver um estudo específico da dimensão que se pretende intervir, além de um estudo aprofundado de seu passado, vendo suas relevâncias, e suas carências até o momento presente, além de uma visão para o futuro com expectativas e metas estabelecidas. O planejamento quando ocorre com o conhecimento da realidade, gera escolhas mais adequadas. É necessário se traçar o caminho, providências necessárias até se alcançar os objetivos desejados, prevendo também os impactos que serão causados no futuro, devendo ser flexível a diversos setores, e preparado para as circunstâncias a fim de atingir suas metas.

Planejamento resulta na elaboração de projetos que são manifestações concretas do que foi previsto. É necessário prevenir a ocorrência de impactos ambientais negativos e ampliar os positivos, portanto concentrar esforços na hora da prevenção aos patrimônios naturais e buscando expectativas amplas para o desenvolvimento local. Para promoção da sustentabilidade, conta-se com a

participação de todos os atores envolvidos na atividade turística, como o poder público, a iniciativa privada, a sociedade civil organizada, e os próprios turistas.

Sustentabilidade sociocultural é o reconhecimento da contínua necessidade do gerenciamento das partes interessadas no desenvolvimento da comunidade. A sustentabilidade sociocultural reconhece, valoriza e respeita essa riqueza por parte da comunidade receptiva. Essa atitude é essencial para que o visitante também valorize as particularidades e riquezas socioculturais e ambientais que constituem o produto turístico. Essas particularidades e riquezas são referências para o desenvolvimento de novas ofertas.

De acordo com Frederico Yuni Hanai(2012, p. 201), denominado “eco desenvolvimento” ou “desenvolvimento sustentável”, a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos é adotada desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia) no ano de 1972 e na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio 92) no Brasil.

Machado (2002; p.219) conceitua as derivações formais dos usos do termo desenvolvimento sustentável e que tem servido para que outros paradigmas entrem em cena, como modelos teóricos e práticos direcionadores dos padrões de qualidade de vida. O desenvolvimento sustentável se tornou, portanto, o tema de atenção de agências internacionais, o principal assunto de conferências, artigos e o slogan de movimentos e de ativistas ambientais.

Frederico ainda cita Buarque (2004, p.209) que relata que os antecedentes históricos que indicam que o conceito de desenvolvimento sustentável não é apenas como um modismo ou uma ideia brilhante da ONU, proferidas na Eco-92, mas uma construção teórica para organizar uma nova postura da sociedade diante dos desafios atuais e futuros, e consistente com o novo paradigma de desenvolvimento.

### 3.4 TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS

Segundo o Ministério do Turismo (2011), as atividades que acontecem em Áreas Naturais protegidas, devem ser seguidas de um plano estratégico onde se busca uma contribuição para a sustentabilidade financeira dessas áreas, melhorando

a promoção de um desenvolvimento sustentável, gerando emprego e renda nos territórios em que os parques estão inseridos.

A busca por consolidar o ecoturismo como um Turismo sustentável, utilizando estratégias de conservação e preservação da natureza, elevando a qualidade dos serviços turísticos ofertados, além da qualificação e o profissionalismo do Turismo nas áreas protegidas e seu entorno. As unidades de conservação federais ocupam 754.588 Km<sup>2</sup>. As estaduais ocupam 509.457 Km<sup>2</sup>. Juntas recobrem aproximadamente 15% do território nacional. (Ministério do Turismo, 2011; p.2 a 4)

Com a implementação de estratégias de desenvolvimento de oportunidades de negócios eco turísticos e concessões nas Unidades de Conservação, em um plano de curto, médio e longo prazo, a viabilidade técnica e econômica das unidades de conservação existentes, incluindo planos de negócios e estudos de mercado, com foco em parcerias com o setor privado, estados, municípios e comunidades locais aumenta significativamente.

Torna-se assim uma fonte alternativa de recursos financeiros para essas unidades, promovendo a sustentabilidade financeira e complementando os investimentos feitos pelo governo federal.

Existem algumas ações em parceria com o Ministério do Turismo e do Meio Ambiente na busca de subsídios para elaboração de uma política de Turismo com potencial de contribuição das unidades de conservação como instrumento de geração de riqueza para o país, utilizando de um plano de desenvolvimento onde à terceirização de produtos e serviços turísticos em parques nacionais, estaduais e municipais, por meio de operações de serviços na parte interna do Parque pela iniciativa privada.

Desenvolvendo um Plano de Marketing e campanhas publicitárias, a formatação de produtos turísticos de qualidade que incentivam a população brasileira a conhecer os Parques Nacionais / Estaduais e Municipais abertos a visita seria maior. Dessa forma é feito o inventariando os atrativos turísticos dos parques em conjunto com os municípios do entorno nos setores de Turismo dos municípios e governos estaduais, para fomento a estruturação de roteiros integrados devidamente sinalizados, para assim trabalhar a roteirização dos Parques e entorno com operadoras de ecoturismo.

Em meio ao pensamento conservacionista tão amplamente disseminado nas últimas décadas, o Turismo é apresentado como uma das possíveis estratégias de

exploração sustentável dos nossos recursos naturais. No entanto, tem-se a prática desta atividade de forma não planejada em áreas que visam a preservação das espécies animais e vegetais e a manutenção da cultura das populações locais, contrapondo assim uma atividade explorada com o ideal preservacionista das Unidades de Conservação. Vivemos um momento de preocupação quanto à extinção de algumas espécies da fauna e flora do planeta, que representam riqueza se considerarmos as infinitas possibilidades que a biodiversidade oferece à vida humana. Assim, atualmente se aceita a ideia de realização de atividades econômicas paralelas à conservação dos biomas ameaçados, chamadas de atividades sustentáveis, essas formas de exploração dos recursos causando o menor impacto possível aos remanescentes dos ecossistemas e às suas populações locais (Ministério do Turismo, 2011; p.4 a 8).

De acordo com Loana (2006, p.5) uma das principais atividades realizadas nas unidades de conservação brasileiras é o Turismo, que atrai consumidores nacionais e internacionais do espaço turístico devido à diversidade de belezas naturais que o país oferece. As unidades de conservação, assim como os demais espaços do território nacional, são objetos de ações humanas e servem de produto para reprodução do capital. Com a ocupação humana e desenvolvimento de atividades econômicas, essas áreas ficam expostas à degradação lenta ou na maioria das vezes acelerada de seus recursos naturais. Dessa forma a criação de áreas protegidas é vista frequentemente como limitadora de oportunidades de desenvolvimento futuro, e é combatida por coalizões, principalmente de mineradores, madeireiros, proprietários de terras, entre outros. Além disso, as unidades de conservação também têm objetivos econômicos embutidos em sua criação. Algumas iniciativas já demonstram como se pode aumentar frentes de trabalho e renda com a criação de novas áreas protegidas, que devem ser bem gerenciadas, tendo como princípio a capacidade de suporte dos ambientes, assim como na Ilha do Mel, que há um limite de capacidade de visitantes.

Ainda de acordo com Loana (2006), o Turismo constitui uma das principais atividades realizadas em áreas naturais protegidas, pois demanda pouca infraestrutura construída no interior das unidades, além de teoricamente impactar menos que outras atividades como, por exemplo, a agricultura ou o extrativismo. Algumas atividades no Turismo são consideradas pelo Ministério do Meio Ambiente como atividades passíveis de serem realizadas nas Unidades de Conservação.

Com a ocupação humana e desenvolvimento de atividades econômicas, essas áreas ficam expostas à degradação lenta ou na maioria das vezes acelerada de seus recursos naturais.

Dentre os usos mais comuns podemos citar: utilização do solo para especulação imobiliária, práticas agrícolas e extrativistas, produção pesqueira, atividades de recreação ao ar livre e o Turismo. Realizadas de forma sustentável, tais atividades podem protagonizar importantes estratégias de manejo das unidades de conservação, se planejadas e gerenciadas por órgãos que se comprometam em dar o suporte necessário. Também conhecido como Turismo ecológico e Turismo de natureza, o conceito de ecoturismo foi cunhado pela Embratur, em 1992, como:

Turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica. (EMBRATUR, 1992, p.5).

Percebemos a necessidade de um planejamento turístico nessas localidades que busque a articulação entre os órgãos gestores e a comunidade local, visto que somente com esta interação se alcançaria efetivamente o tão sonhado uso sustentável dos recursos das unidades de conservação.

As populações locais, das áreas do entorno e do interior da Unidades de Conservação devem participar fundamentalmente da gestão das áreas, uma vez que detêm maior conhecimento sobre a área, e sua participação cria um consciente coletivo de responsabilidade por aquela localidade, tornando-as mais atuantes no processo de conservação. Além das populações locais, empresas privadas e instituições não diretamente relacionadas, como as escolas e o meio acadêmico, podem participar da gestão integrada das Unidade de Conservação, seja por meio de projetos de educação ambiental, estudos científicos ou mesmo “adotando” uma dessas áreas protegidas. Entendemos que, somente com ações conjuntas entre a comunidade local, os turistas e órgãos públicos e somente assim o ecoturismo pode ser desenvolvido com bases em suas premissas sustentáveis.

A criação de áreas naturais protegidas tem como objetivo proteger os recursos naturais, regular a ocupação e o manejo de uma área dotada de recursos considerados importantes. Entretanto, em se tratando de unidades de conservação

que abrigam comunidades tradicionais, deve-se considerar alguns fatores que conflitam com as próprias restrições da unidade. A criação de áreas naturais protegidas implica em certa limitação para as comunidades na prática de suas atividades tradicionais e contribui para o desenvolvimento das tensões entre as caiçaras e os administradores das unidades, além dos conflitos gerados entre agentes imobiliários e a população local (LOANA, 2006, p.4).

### 3.5 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Segundo o Próprio SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, ele, é um dos modelos de conservação mais sofisticados do mundo. Sua concepção vai além da manutenção da biodiversidade, pois possibilita vários usos do solo e dos recursos naturais. Assim, o SNUC se torna uma ferramenta para potencializar atividades que contribuem para a geração de emprego e renda, para o aumento da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento do país, sem prejuízo para a conservação ambiental. O SNUC deve ser entendido como uma maneira especial de ordenamento territorial e não como um entrave ao desenvolvimento econômico e social.

Unidades de conservação são espaços com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. As Unidades de Conservação asseguram o uso sustentável dos recursos naturais e ainda propiciam às comunidades envolvidas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em seu interior ou entorno. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação é composto pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares, distribuídas em doze categorias de manejo. Cada uma dessas categorias se diferencia quanto à forma de proteção e usos permitidos. Há unidades de proteção integral, que precisam de maiores cuidados por sua fragilidade e particularidades ambientais, e há unidades de uso sustentável, cujos recursos naturais podem ser utilizados de forma direta e sustentável e, ao mesmo tempo, serem conservados. Assim, as unidades de conservação formam uma rede, na qual cada categoria contribui de uma

forma específica para a conservação dos recursos naturais. A padronização das categorias de Unidades de Conservação e o envolvimento das três esferas de governo na gestão e implementação do Sistema possibilitam que as diversas ações voltadas à conservação ambiental convirjam para um objetivo comum.

Algumas unidades de conservação brasileiras são reconhecidas pela UNESCO (O Brasil possui **7 (sete) áreas reconhecidas como sítios do Patrimônio Mundial Natural, compostas por unidades de conservação**. São eles: Reservas de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento, Reservas da Mata Atlântica do Sudeste, Parque Nacional do Iguaçu, Áreas de Conservação do Pantanal, Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas, Complexo de Conservação da Amazônia Central e Áreas Protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas.) como sítios do Patrimônio Mundial Natural por possuírem importância tão extraordinária ao ponto de serem consideradas como patrimônio da humanidade para as futuras gerações.

A apropriação das unidades de conservação pela sociedade constitui importante elemento para a sustentabilidade dessas áreas, pois o apoio público legitima a importância da existência desses espaços e exerce efeito direto na adoção de diferentes condutas e políticas em relação ao meio ambiente. A visitação em unidades de conservação é uma forma de aproximar a sociedade e despertar o seu interesse sobre a conservação da natureza, pois é uma oportunidade para a recreação e o aprendizado.

O Turismo de aventura é capaz de dinamizar as economias locais e incrementar os recursos financeiros para a manutenção de unidades de conservação. O grande desafio, no entanto, é desenvolver um Turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade. Os espaços existentes para participação da sociedade na gestão e implantação das unidades de conservação, como os conselhos gestores, também possibilitam que as pessoas se sintam integrantes e responsáveis por esse patrimônio público. Além disso, constituem um fórum de discussão onde há possibilidade de convergência de interesses e integração entre objetivos de proteção da biodiversidade e o desenvolvimento local e regional.

O modo de vida desses grupos sociais se caracteriza por uma estreita relação de dependência com a natureza. Nesse contexto, o fortalecimento dos direitos humanos e a inclusão social de povos e comunidades tradicionais nas políticas



públicas recentes, que objetivam ou contribuem para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, também merecem destaque. Essas áreas desempenham atualmente um papel de complementaridade estratégica às unidades de conservação e propiciam a conectividade entre fragmentos florestais e diversas categorias do SNUC nos biomas brasileiros. Integradas em mosaicos e corredores ecológicos, elas reforçam o potencial de conservação e de uso sustentável dos componentes da biodiversidade em territórios mais amplos. O potencial do SNUC para reforçar a salvaguarda do patrimônio ambiental e cultural de povos e comunidades tradicionais é grande, bem como para apoiar e fomentar o desenvolvimento sustentável desses grupos.

O resultado disso se dá na forma de benefícios, por exemplo, para as comunidades locais: os morros aumentam a produtividade, as pessoas aproveitam o potencial do Turismo de observação que essas áreas proporcionam ao serem protegidas.

### 3.6 PARQUES NACIONAIS E ECOTURISMO

O Brasil apresenta um vasto conjunto de áreas naturais com grande potencial para fortalecer o Turismo, onde várias delas são protegidas em unidades de conservação. Diversos são os fatores que indicam um crescimento expressivo da visitação em áreas naturais, como as atividades de Turismo que encontram na natureza sua principal motivação.

O Turismo, ao mesmo tempo em que fortalece as unidades de conservação pela sociedade, melhora as economias locais e incrementa os recursos financeiros para a manutenção destas áreas. Esse desafio consiste, em desenvolver um Turismo responsável à diversidade sociocultural, aliado aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade.

O Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Turismo estão promovendo o Turismo de base comunitária com repercussão em outras unidades de conservação, ações em curso que visam fortalecer os arranjos locais relacionados à cadeia do Turismo e promover a utilização sustentável dos recursos naturais, como contribuição à promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais.

Alguns dos principais objetivos desses programas estão principalmente na implementação de uma infraestrutura mínima para prestação de alguns serviços mínimos para o Turismo, dinamizando a economia local vinculadas a esses serviços de apoio ao Turismo, além de aumentar significativamente o número de visitantes que terão experiências em áreas naturais protegidas.

Outros desses objetivos estão voltados a aumentar as alternativas financeiras da gestão desses parques, além de estarem promovendo um Turismo de base sustentável. A garantia de um serviço de qualidade depende exclusivamente de uma infraestrutura de apoio de qualidade. Parques Nacionais brasileiros são áreas com permissão para entrada de visitantes, sob normas e restrições estabelecidas no regulamento dos mesmos (decreto no 84.017/79), no plano de manejo de cada unidade ou pelo órgão responsável pela administração. Podem ser visitadas para fins educacionais, científicos, culturais ou recreativos, representando grande potencial para a atividade turística.

A definição de Parque Nacional é fornecida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), como:

Pertencem ao grupo de unidades de conservação de proteção integral, e destinam-se à preservação integral de áreas naturais com características de grande relevância sob os aspectos ecológico, beleza cênica, científico, cultural, educativo e recreativo, vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta. Excetuam-se as medidas de recuperação de seus sistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos naturais, conforme estabelecido em seu plano de manejo. Os Parques Nacionais comportam a visitação pública com fins recreativos e educacionais, regulamentada pelo plano de manejo da unidade. As pesquisas científicas, quando autorizadas pelo órgão responsável pela sua administração, estão sujeitas às condições e restrições determinadas por este, bem como ao que for definido em seu plano de manejo (2002, p.2).

Buscando formular estratégias para complementar em termos de conservação de comunidades e ecossistemas, e do uso de espaços com características naturais o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000) organizou as Unidade de conservação brasileiras em dois grandes grupos: proteção integral, que supostamente visa à preservação (i.e. Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre); e uso sustentável, que visa o uso e, supostamente, a conservação da natureza (i.e. Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva

Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. O SNUC, em associação com outros dispositivos legais, tem sido um mecanismo importante em termos conservacionistas, especialmente no contexto macroeconômico de valorização de formas de desenvolvimento insustentáveis. O zoneamento adequado para a visitação delimita trechos nos quais a mesma deve ser incentivada, por exemplo, pela valorização de aspectos cênicos, de grande interesse ecológico ou cultural, pela construção de equipamentos públicos como praças, ruas, estacionamentos, centros de informações para visitantes, alojamentos, banheiros, campings, dentre outras; além de estruturas aplicadas diretamente à experiências mais intensivas, como trilhas rústicas, placas de sinalização distantes dos equipamentos públicos anteriormente relacionados. Também devem ser considerados trechos nos quais a visitação deve ser desestimulada e até mesmo restringida como o caso de alguns trechos de mais difícil acesso que apresentem características ecológicas com condições ambientais mais adequadas para sobrevivência e reprodução de espécies da flora e fauna; ou ainda trechos com populações de espécies raras e/ou ameaçadas de extinção (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2011).

### 3.7 INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

Pode-se dizer que a interpretação é um ato intimamente ligado à comunicação: interpretar é receber uma informação e compreende-la para possivelmente repassá-la (Ana Biesek, 2011). Trazendo este entendimento à questão da visitação da trilha, a interpretação ambiental, está se encarrega de comunicar ao visitante o que aquele objeto de visitação quer transmitir.

O objetivo de inserir trilhas interpretativas é de criar uma conexão do visitante ao local visitado, conscientizar, informar e auxiliar no percurso percorrido pelo visitante, sendo que o mesmo procura se conectar ao local.

Para a realização de uma trilha interpretativa, é preciso adequar um planejamento, elaborar um plano de interpretação com a teoria necessária para contribuir com o relacionamento entre meio ambiente, visitantes e comunidade local, pois somente com o envolvimento dos mesmos haverá um equilíbrio dinâmico, onde o turista e a comunidade local ira ter conhecimento da importância desse programa

de interpretação ambiental da trilha. Assim, as pessoas poderão desfrutar da trilha de maneira consciente, segura e principalmente, planejada, onde conseqüentemente, torna o espaço recreativo e pedagógico (IKEMOTO, 2008, p.15).

"Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, lei federal 9.985/2000, têm como objetivos favorecer condições e promover a educação e a Interpretação Ambiental, a recreação em contato com a natureza e o Turismo ecológico" (IKEMOTO, 2008, p.15).

A interpretação, é uma ferramenta capaz de agregar valor a bagagem do visitante, contribui com o conhecimento de uma consciência ambiental. Ela tem seu reconhecimento dentro das Unidades de Conservação por sua importância educativa e social.

Diversos recursos podem ser utilizados para realizar a Interpretação Ambiental e deve se levar em consideração vários fatores para a escolha destes, como o público alvo e o tema a ser trabalhado. As interpretações devem atender a expectativa do visitante. As trilhas interpretativas são um poderoso instrumento educativo dentro das Unidades de Conservação, através delas, o visitante pode se sensibilizar, observar e compreender elementos e fenômenos do meio ambiente.

As trilhas podem ser guiadas, autoguiadas ou guiadas associadas com outras programações. Uma trilha interpretativa bem elaborada deve ser curta e com poucos, mas interessantes e significativos pontos de parada/interpretação. Percursos longos tornam-se cansativos, e se tiver muitos pontos de parada, aumenta ainda mais o tempo de conclusão da trilha, fazendo com que o turista fique saturado.

As atividades devem ser planejadas de uma forma onde se tenha várias estratégias para que não se tenha prejuízo com o meio ambiente e riscos com os visitantes. Por exemplo, dar a oportunidade para aqueles que querem fazer a trilha sozinhos (autoguiadas); promover acessibilidade e a possibilidade de interpretação a pessoas com deficiência; permitir a visita de alunos de diversos níveis escolares, leigos e pesquisadores, oferecendo diversas abordagens sobre o local.

Os meios interpretativos devem atender as expectativas do visitante e sua linguagem, agregar qualidade e valor ao local. É fundamental que o atrativo seja acessível e compreensível, pois assim, será mais fácil de chamar a atenção e de sensibilizar o visitante.

As trilhas interpretativas são caracterizadas por serem temáticas e organizadas, e acima de tudo, por buscar associar o conteúdo com a experiência e

vivência do visitante, promover o questionamento e a reflexão através de recursos didáticos, diferenciar e adequar as abordagens em função das características dos observadores e trabalhar os temas de forma inter-relacionada, utilizando a trilha como principal instrumento de sensibilização (IKEMOTO, 2008, p.16).

Como ferramenta a atividade pode ajudar sobremaneira a gestão da atividade turística em uma localidade e para tal deve ser considerada como parte-chave do planejamento turístico local no que tange às experiências do visitante e à integração do visitado com o Turismo. Essa ferramenta pode certamente trazer muitos benefícios que vão muito além do desenvolvimento turístico propriamente dito e tocar ao que tange à preservação e conservação da área protegida.

Informações sobre a formação geológica, espécies lá encontradas, transformações ocorridas naquele espaço, relações com a comunidade do entorno, divulgação de lendas e contos ou tradições que possam haver relação à povos residentes ali, informações sobre os moradores do local, atividades que se realizam no seu âmbito, dados históricos do parque, e todas as outras que sejam relevantes para o visitante compreender o que o espaço representa. Deve-se ainda mencionar que todas as informações devem ser oriundas de fontes confiáveis e devem ser referenciadas.

As informações ditas de forma clara facilitam a compreensão da natureza do entorno, estimula a preservação e conservação do espaço, aumenta a satisfação do visitante e valoriza a cultura do lugar além de promover a discussão das pessoas com os setores públicos sobre temas ambientais e no que diz respeito ao manejo das áreas de proteção.

A Interpretação Ambiental é uma estratégia muito utilizada para minimizar os problemas ambientais e contribuir para o manejo e proteção das Unidades de Conservação. Estas, por sua vez, facilitam e enriquecem o desenvolvimento de diversos programas na área de Educação Ambiental, pois representam muitas vezes a única área natural bem conservada de uma região (ICMBio, 2011).

As Unidades de Conservação irão cumprir sua real função se houver uma aproximação e conseqüentemente a sensibilização da comunidade do entorno sobre a importância do ecossistema que a unidade protege. É indispensável ainda, que a sociedade local participe da elaboração dos planos e estratégias de gestão, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

O contato do ser humano com a natureza, causa impactos de várias formas, e por isso, o ecoturismo deve centralizar seus esforços na conservação e desenvolvimento do meio ambiente. As trilhas, normalmente, atravessam por ambientes naturais, muitas vezes, frágeis e carente de proteção, causando impactos ambientais decorrentes a partir de sua implantação. A Educação Ambiental deve focar a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma a ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta.

### 3.8 PAINÉIS INTERPRETATIVOS

Os painéis interpretativos são ferramentas que possuem grande importância no meio turístico, se tratando de Turismo em áreas de proteção ambiental ou no meio natural, pois permite com que exista uma melhor forma de aprendizado (educação ambiental), e uma forma de conectar o visitante ao local visitado criando um vínculo com a fauna e flora do ambiente, assim como passar informações importantes tanto para estudos, como para suprir curiosidades, os painéis interpretativos devem possuir informações de maneira clara e objetiva e possuir informações através de figuras ou textos com fácil entendimento e informações sobre: flores, pássaros, árvores e animais que possam ser vistos no local onde o visitante se encontra, este tipo de alternativa pode trazer mais atratividade ao local.

Se bem planejadas servem como instrumento de ensino e proporciona o contato do homem com a natureza de forma agradável, atentando ainda a educar, esclarecer e informar sobre espécies, auxiliando no aprendizado sobre as características do ecossistema local e o reconhecimento da importância da sua conservação.

Em algumas unidades de conservação podemos observar a presença desse tipo de serviço ao acessar a entrada da unidade de conservação, nesses casos as informações são expostas para que o visitante saiba mais sobre o local no primeiro contato de forma mais teórica e não prática, ele adquire informações através do painel e em seguida, observa o que encontra em seu percurso, sendo que o painel deve seguir uma determinada forma e tamanho adequado de acordo com seu propósito, cada informação deve ser clara e objetiva, pois quem a interpreta recebe a informação sem muita dificuldade, é necessário ainda a preocupação com a acessibilidade das

informações atentando sempre a pessoas com necessidades especiais ou idosos e crianças.

No litoral Paranaense este princípio pode ajudar muito no crescimento do Turismo, por possuir um número expressivo de área verde, que diversas espécies habitam podendo ser vistas a olho nu, poderiam ganhar uma atenção maior e oferecer uma possibilidade de compreender melhor nosso litoral.

É necessário desenvolver painéis que possuam informações claras ao interprete, pois este contato pode ser significativo para o visitante, está se tornando forma de linguagem comum entre as pessoas a respeito da apreciação a natureza, se tratando de uma unidade de conservação. A preservação se faz necessária para manter o ambiente na mesma maneira em que se encontram, essas informações sendo passadas de maneira agradável através dos painéis pode transmitir uma comunicação de fácil entendimento para um público mais leigo no assunto conservação.

A má estruturação de um conjunto de elementos importantes no painel pode impedir o desenvolvimento de uma estratégia informal não somente de maneira verbal mas também de forma ilustrativa, o que permite que o visitante fixe as reais necessidades do local, tendo assim um sentimento de pertencimento por consequência ao cuidado com a integridade do meio ambiente. Sendo assim, os painéis interpretativos se apresentam como uma das principais formas de transmitir uma informação em Unidades de Conservação, e são também os mais populares. São vistos como meios não personalizados, pois não utilizam diretamente pessoas ou intérpretes para sua divulgação, apenas objetos ou aparatos.

A inserção dessa ferramenta na Unidade de Conservação do Paraná vai permitir uma maneira sutil de entreter e informar os visitantes que possam estar em contato com a trilha do Morro do Escalvado, a se conectar por meio da natureza e do conhecimento a informações sobre o local assim como todo o ecossistema presente no trajeto percorrido.

Nosso litoral não possui nenhuma ferramenta parecida com os painéis interpretativos, isso chamaria a atenção a uma forma de comunicação mais direta aos visitantes, além de atentar aos impactos causados pela má utilização do local, como o lixo deixado nas trilhas.

Com esse meio de comunicação a forma de interagir com a natureza passa de ser somente verbal e atenta ao visitante a cuidar, zelar do local onde visita.

Tendo em vista que a melhor maneira de interagir com os visitantes é através de imagens e figuras a proposta de implantar os painéis interpretativos no Morro do escalvado, buscam informar, orientar e sensibilizar a questão ambiental, para que as visitas se tornem mais agradáveis e o meio ambiente não sofra impactos como a depredação ou retirada de espécies. Além de entreter e informar os visitantes a fixação de informações como a utilização de painéis interpretativos é muito maior do que informações passadas apenas de forma oral. Além da objetividade os painéis devem fornecer atratividade nas informações, maneiras de chamar a atenção do visitante com ilustrações com cores, e textos de forma que qualquer pessoa que esteja no percurso da trilha consiga interpretar o que deseja ser passado ao público, informações como área, grau de dificuldade em alguns casos ainda possuem informações como roupas que devem ser utilizadas no percurso, além de cuidados a serem tomados.

Em alguns municípios onde os painéis interpretativos foram utilizados a forma com que o visitante se desloca se torna mais atrativa, pois adere ao grau de interpretação de cada um, quando se trata de uma memória que temos associada a uma figura, a forma de interpretação se torna mais fácil e fixa mais do que somente textos que podem ser esquecidos até o final da trilha, com um bom entendimento o visitante fica à vontade para explorar a trilha. Curiosidades influenciam em dar características ao ambiente e uma relação afetiva com o local, sendo assim o visitante se sente parte daquele ambiente, a forma como são repassadas as informações, são recebidas e processadas influenciam muito quando se trata de uma experiência e neste caso a experiência de se estar em meio a natureza. A educação ambiental visa favorecer a convivência do ser humano com a natureza, cuidar, preservar e este tipo de projeto interfere de maneira eficaz. Nos locais onde implantaram esses recursos as mudanças de comportamento dos visitantes e apego ao local, sendo assim a mudança a partir de um contato de maneira sutil e no tempo de cada visitante portanto as ilustrações são de grande valia no momento em que se pode receber visitantes de todas as faixas de idade

O nosso litoral possui uma imensa área de morros, que podem explorar este tipo de alternativa, pois recebemos inúmeros turistas o ano todo, de todas as idades e todos os gêneros. Para maior compreensão do local onde se visita, os painéis trariam imagens e figuras e descrição de todos os tipos de espécies, com vocabulário de fácil compreensão sobre os animais que podem ser encontrados, informações



sobre preservação ambiental, cuidados a serem tomados, e que possam contribuir para cuidar do bem mais precioso que temos que é nosso meio ambiente.

### 3.9 SINALIZAÇÃO EM TRILHAS

Segundo Letícia Campos em um material de 2015 da WWF-Brasil, uma trilha nada mais é do que uma estrada para pedestres. E todas as estradas, desde sua ideia inicial, sempre vem com a necessidade da sinalização. Entre os equipamentos turísticos, a sinalização é de fundamental importância, já que o turista geralmente está em um local desconhecido. As placas devem trazer informações sobre a atração, distância a ser percorrida, grau de dificuldade, animais que podem ser encontrados no caminho e informações sobre a fauna e flora da região. Além de evitar que os usuários se percam ou coloquem suas vidas em risco por falta de informação, ajudando também na educação ambiental.

No mesmo material Anna Carolina Lobo, coordenadora do Programa Mata Atlântica do WWF-Brasil relata como o manual prático de sinalização de trilhas “é fundamental, pois traz ensinamentos do quanto é importante, barato e fácil sinalizar áreas protegidas abertas para o uso público no ecoturismo. Não só na Mata Atlântica, mas também nos outros biomas”.

O ICMBio em 2018 publicou um manual de sinalização de trilhas onde incentiva e promove a educação e interpretação ambiental através do Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação, cujo objetivo principal é conservar a biodiversidade brasileira.

Através do conteúdo disponibilizado, nós, os autores, buscamos restabelecer uma identidade de referência, para padronizar a comunicação com os visitantes, ao mesmo tempo respeitando as particularidades de cada unidade de conservação, através de um manual simples e de baixo custo, que pode ser utilizado em qualquer unidade.

Segundo o Manual de Sinalização de Trilhas (2018 p.6 a 24) são várias as sinalizações que uma trilha deve conter, primeiramente ela deve existir nas extremidades das trilhas, entrada e saída do percurso, onde preferencialmente devem ser bilíngues em todas as suas informações para facilitar e informar claramente informações como distância, duração, nível de exigência física, atrativos durante o percurso além de informações regulatórias e de segurança para os usuários. Deve-se

considerar que quando o visitante chega ao início da trilha estará ansioso para iniciar a atividade, e não terá muita paciência para ler textos longos, por isso deve ser uma placa com informações diretas (ICMBIO, 2018, p. 6 a 24).

Durante a trilha deve existir sinalização de percurso, que auxilia e proporciona confiança ao visitante se mantendo no caminho escolhido. Essas duas sinalizações são o conjunto mínimo para sinalização em uma trilha com garantia de segurança para os usuários. Para garantir que ela seja mantida, ela deve ser feita de forma simples e de baixo custo, onde tradicionalmente são implantadas em árvores, rochas ou outras superfícies duráveis na trilha, sugerindo-se sinalização em seta com uso de cores que estão sendo utilizadas na trilha.

Ainda segundo manual do ICMBIO 2018 existem oito modalidades de sinalização de percurso:

- ✓ De acesso à trilha principal
- ✓ De saída
- ✓ Direcional;
- ✓ Confirmatória;
- ✓ Tranquilizadora;
- ✓ Indutiva;
- ✓ Negativa;(p.12)

As sinalizações direcionais utilizam sobretudo as setas indicando sempre a direção preferencial do percurso. Esse tipo de sinalização evita a abertura de atalhos e desestimula o pisoteio de ambientes em recuperação. Deve estar presente sempre houver dúvida (bifurcações, mudanças de direção da trilha, mudanças de fitofisionomia, trechos onde a trilha não estiver bem definida, locais com incidência de neblina). A confirmatória vem logo após a direcional, garantindo a pessoa que pegou o caminho certo, seguido da tranquilizadora que é colocada durante todo o percurso. A indutiva atrai a atenção do visitante para que siga pelo caminho que interessa para a administração que cuida do manejo da unidade. O destino é um ponto importante da trilha, é de passagem obrigatória é notável e por isso merece uma sinalização adequada devendo constar no mapa ajudando o visitante a se orientar. Para esse tipo de sinalização o mais comum é o uso de placas ou tabuletas devendo ser instaladas em um ponto bem visível contendo a denominação do lugar. O sugerido pelo manual de trilhas do ICMBIO é que sejam feitas de 50x10cm as de destino e sejam fixadas de uma forma mais reforçada pois é comum visitantes se apoiarem em placas de destino para tirar fotos. Além dessas sinalizações temos as de distância percorrida sendo realizado uma ou mais vezes durante a trilha, não é obrigatório mais causa uma

sensação de segurança para o visitante. Se esse meio for utilizado durante a trilha deve se utilizar em local bem visível e com intervalos regulares, como por exemplo um quilômetro. Já uma sinalização de distância em um lugar esporádico e inadequado pode causar efeito negativo causando ansiedade e insegurança no visitante. Em alguns casos é interessante informar além da distância o tempo que irá se gastar para percorrer. Para esse tipo de sinalização é indicado placas em formas de setas direcionais de 60 x10 cm pintadas com cores diferentes para garantir que chamaram a devida atenção do visitante (ICMBIO, 2018, p. 6 a 24).

Existem sinalizações que induzem o visitante a determinada ação ou comportamento por se tratar de determinada altitude ou estabelecendo proibições durante o trecho. Deve-se evitar textos longos e de preferência uma padronização na interpretação com frases curtas e diretas, lembrando que muitas vezes esse tipo de sinalização é alvo de vandalismo. As sinalizações emergenciais são ações realizadas pelo parque para manejo de áreas da unidade que possam causar riscos aos visitantes. São motivos como deslizamentos, queda de pontes, enchentes ou a presença de animais perigosos, ou qualquer outro fator que obrigue manutenção imediata ou seu fechamento. É de extrema importância pois garante o resguardo legal da administração da unidade e deve ser feita mesmo que de forma improvisada no momento da emergência. As logomarcas e os símbolos que serão utilizados darão identidade a trilha e facilitaram a utilização para o usuário. Os sistemas de sinalização de trilhas mais modernos usam logomarcas e símbolos para passar informações sobre sentidos, mudanças e percursos. Deve-se utilizar de um desenho simples, em algo plano sempre pensando que será aplicado em diferentes superfícies. O uso de placa contendo a pegada de uma bota na logo já está sendo utilizada em diversas iniciativas nas trilhas pelo Brasil (ICMBIO, 2018, p. 6 a 24).

De acordo com manual citado acima (2018, p.6 a 24) intervenções podem ser classificadas em classes:

Trilha Classe 01 - Mínima intervenção, sinalização direcional e confirmatória usualmente limitada a cruzamentos presentes quando a localização da trilha não é evidente. Sinalização regulamentar infrequente e focada na proteção de recursos. Identificação de destino, sinalização informativa e interpretativa, onde geralmente não está presente.

Trilha classe 02 - Muito baixa intervenção Sinalização direcional e confirmatória presentes em cruzamentos ou quando a localização da trilha não é evidente. Sinalização de destino presente. Presença eventual de sinalização tranquilizadora, após longos trechos de trilha sem sinalização

direcional e confirmatória. Sinalização de distâncias eventual. Sinalização regulamentar infrequente. Sinalização informativa e interpretativa incomuns. Trilha Classe 03 - Baixa intervenção Sinalização direcional e confirmatória em cruzamentos e conforme necessário para segurança e orientação do usuário. Presença regular de sinalização tranquilizadora. Sinalização de destino presente. Sinalização de distâncias comum. Sinalização de natureza regulamentar e de proteção de recursos pode ser comum. Sinalização informativa e interpretativa podem estar presentes.

Trilha classe 04 - Média intervenção Sinalização direcional e confirmatória em cruzamentos e conforme necessário para segurança e orientação do usuário. Presença comum de sinalização tranquilizadora. Sinalização de natureza regulamentar e de proteção de recursos comum. Sinalização de destino presente. Sinalização de distâncias presente. Sinalização interpretativa e orientações podem ser comuns.

Trilha Classe 05 - Alta intervenção Sinalização direcional e confirmatória em cruzamentos e conforme necessário para segurança e orientação do usuário. Presença comum de sinalização tranquilizadora. Presença comum de sinalização de natureza regulamentar e de proteção de recursos. Sinalização de destino presente. Sinalização de distâncias presente. Sinalização interpretativa e orientações comuns.

As tabuletas direcionais devem estar presentes sempre que a trilha cruzar uma via e em todas as bifurcações com outras trilhas. Se necessário, mais de uma tabuleta pode ser utilizada no mesmo ponto, para indicar a distância de dois ou mais destinos. É recomendado que as tabuletas sejam fixadas a cerca de 2,5 metros do chão para evitar vandalismos e facilitando a visualização. É recomendável que sejam sempre produzidas tabuletas extras de reserva para que seja possível a substituição rápida em casos de vandalismo (ICMBIO, 2018, p. 6 a 24).

## 4 DIAGNÓSTICO

### 4.1 MATINHOS - PR

O autor Bigarella (1999) descreve que os indícios de ocupação humana em Matinhos trazem um período entre 3.000 e 5.000 anos. No único sambaqui de Matinhos, localizado no início do bairro Sertãozinho, próximo ao Morro do Escalvado e foi completamente destruído pela abertura de estradas construção civil no local, exemplo dos demais existentes em toda a região litorânea do Paraná, os vestígios dos homens pré-históricos encontrados demonstram que estes pertenciam ao grupo Jê, distinto dos carijós (BIGARELLA, 1999 *apud* Heloy Ignácio Ribeiro, p.3)

A história de colonização do balneário Caiobá começa com o povoamento de Guaratuba. Em 5 de dezembro de 1765, o governador da Capitania de São Paulo, Luis Antônio de Sousa Botelho Mourão, determinou, em nome do Rei de Portugal, Dom José I, a reunião de quinhentos casais para a colonização da região. Estes casais receberam, cada um, pedaços de terra em toda a costa, desde a Barra do Saí na divisa com o estado de Santa Catarina até o balneário Praia de Leste. (MAFRA, 1952 *apud* Heloy Ignácio Ribeiro, p.4)

Segundo Bigarella (1999 *apud* Heloy Ignácio Ribeiro, p.7) o município começou a ser urbanizado e organizado realmente na década de 1930, primeiramente por Augusto Blitzkow, de acordo com o autor “na época moravam no local quatro famílias de pescadores. Em abril de 1930, foram adquiridos os seis primeiros alqueires de terra, incluindo o Morro de Caiobá. Posteriormente a área de loteamento foi ampliada para 57 alqueires”. BARTHELMESS (2005, *apud* Heloy Ignácio Ribeiro, p.7) descreve que durante a década de 1940 com o aceleração da urbanização foi estimulado o mercado de construção civil e dois engenheiros vieram da região de Curitiba, Max Podbvsek e Heloy Ribeiro onde logo surgiu a Cidade Balneária de Cayuba, logo foi construído o canal da Avenida Paraná, entre o local conhecido como Tabuleiro e a Praia Brava. Em 1960 acontece a famosa verticalização com primeiros edifícios no balneário Caiobá e mais tarde sobre toda a orla da Avenida Atlântica.

O ano de 1980 foi uma época próspera, graças a geração de empregos diretos e indiretos durante as facilidades que ocorreram no setor de construção civil, atraindo cada vez mais pessoas para a cidade, tomando um ar de cidade grande. 1990 é marcado pela desaceleração das construções e início de preocupações ambientais

do lugar, e cobranças de leis, até os dias atuais onde contamos com o plano diretor dos municípios para o planejamento e desenvolvimento da região.

#### 4.2 TURISMO NO MUNICÍPIO DE MATINHOS – PR

De acordo com o Estudo de Demanda Turística do Litoral do Paraná 2000 – 2006 o litoral Paranaense em sua extensão possui sete Municípios com capacidade de receber boa infraestrutura turística. Em seus atrativos são encontradas reservas ecológicas nas quais ainda podem ser encontradas espécies raras da fauna e flora além das praias.

O Turismo caracteriza uma fonte muito importante de atividade econômica para geração de renda e empregos. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável/Litoral do Paraná (PDITS 2000, a 2006) atualmente, estão instalados no litoral paranaense um total de 13 postos de informações turísticas, entre temporários e fixos. Morretes apresenta a maior concentração, contando com 4 postos, seguido por Guaratuba e Paranaguá com 2, sendo que nos demais municípios existe apenas um Posto de Informações Turísticas. Apesar da estrutura, nem sempre os postos encontram-se em funcionamento. Na alta temporada (dezembro a fevereiro), as prefeituras definem um responsável pelo posto, que, durante o horário comercial, atende aos turistas. Fora de temporada, o horário de funcionamento torna-se incerto, na maioria dos municípios.

Nas cidades onde ocorre o Turismo de sol e praia que é o caso de Matinhos, ocorre uma dependência na disponibilidade de deslocamento, ou seja, na baixa temporada as ruas ficam vazias e durante a temporada temos excesso de carros, filas, além da utilização em grande escalada dos recursos disponíveis. O potencial turístico que a praia é para o município é realmente usado como estratégia de marketing para atrair turistas.

Um dos aspectos principais a serem observados com relação ao Parque, é que não existem mecanismos de indicação de entradas, salvo algumas placas indicativas contendo as delimitações do parque, porém sem fins turísticos. Com relação a infraestrutura, ele segue aberto com fins de passeio, aventura e pesquisa sem um receptivo turístico, centro de informações, guarita ou portaria sendo de visitação gratuita.

Segundo Abrahão e Chemin (2014) observa-se um potencial significativo na área de oferta e demanda para uma organização do turismo nesse local, além de que sua efetivação tornaria real objetivos de preservação e desenvolvimento.

A maior parte dos turistas que visitam Matinhos é do estado mesmo, sendo Curitiba o maior polo emissor e depois o interior do Paraná, com a maior parte deles do sexo masculino. A maior parte desses turistas utiliza o carro como meio de transporte principal, e utilizam casa de parentes ou conhecidos para se hospedar.

Já o perfil do turista que visita a unidade, cabe a veranistas e montanhistas, veranistas nos meses de verão (dezembro, janeiro e fevereiro) e os montanhistas nos meses de junho, julho, agosto e setembro.

#### 4.3 PARQUE NACIONAL SAINT HILAIRE LANGE / MORRO DO ESCALVADO

De acordo com a lei Nº10.227, de 23 de maio de 2001, o atual Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso cria o Parque Nacional de Saint Hilaire Lange no estado do Paraná, afim de proteger e conservar os ecossistemas de Mata Atlântica existentes na área, assegurando qualidade e estabilidade ambiental para essas e para as próximas gerações das populações litorâneas. O Art. 2º diz exatamente:

Os limites definitivos do Parque Nacional de Saint Hilaire Lange serão fixados pelo Poder Executivo, no prazo máximo de dois anos a partir da vigência desta Lei, respeitado o perímetro compreendido dentro das seguintes orientações previstas na carta da Diretoria do Serviço Geográfico do Ministério do Exército, folhas SG.22-X-D-V-2 e SG.22-X-D-V-4, de 1980: "Inicia no ponto de confluência das coordenadas U.T.M. 7.139.000 mN e 746.000 mE, localizado a 50 metros ao norte da estrada de contorno, fundos do Balneário Caiobá, ao pé das elevações que compõem o Morro do Itaquá, partindo deste ponto pela cota 20,00 metros s.n.m. em direção ao Porto Passagem, margeando a Rodovia de acesso, observando sempre esta cota ou a cota superior subsequente se houver necessidade de desviar eventuais áreas já urbanizadas, na localidade determinada Porto Passagem, seguindo daí pela mesma cota de 20,00 metros s.n.m. margeando as elevações do Morro Itaguá, próximo à estrada de acesso à localidade de Cabaraquara, seguindo daí, ainda pela cota de 20,00 metros, acompanhando a base do Morro de Cabaraquara e do Morro Pedra Branca, seguindo ainda pela cota de 20,00 metros contornando o Morro Jesus, cruzando o Rio Pinheiro em direção ao Morro Laranjeiras, contornando este Morro e seus adjacentes até o encontro da cota 20,00 metros s.n.m. com as coordenadas U.T.M. 7.144.350 mN e 733.000 mE, seguindo em divisa seca pela coordenada U.T.M. 733.000 mE em direção norte até o encontro desta com a coordenada U.T.M. 7.147.000 mN, seguindo por esta coordenada em direção leste até o ponto de encontro com a coordenada U.T.M. 734.000 mE, seguindo então por esta coordenada em direção norte até o encontro com a coordenada U.T.M. 7.154.000 mN, seguindo por esta em direção oeste até o ponto de encontro com a coordenada U.T.M. 732.650 mE que coincide com a cota

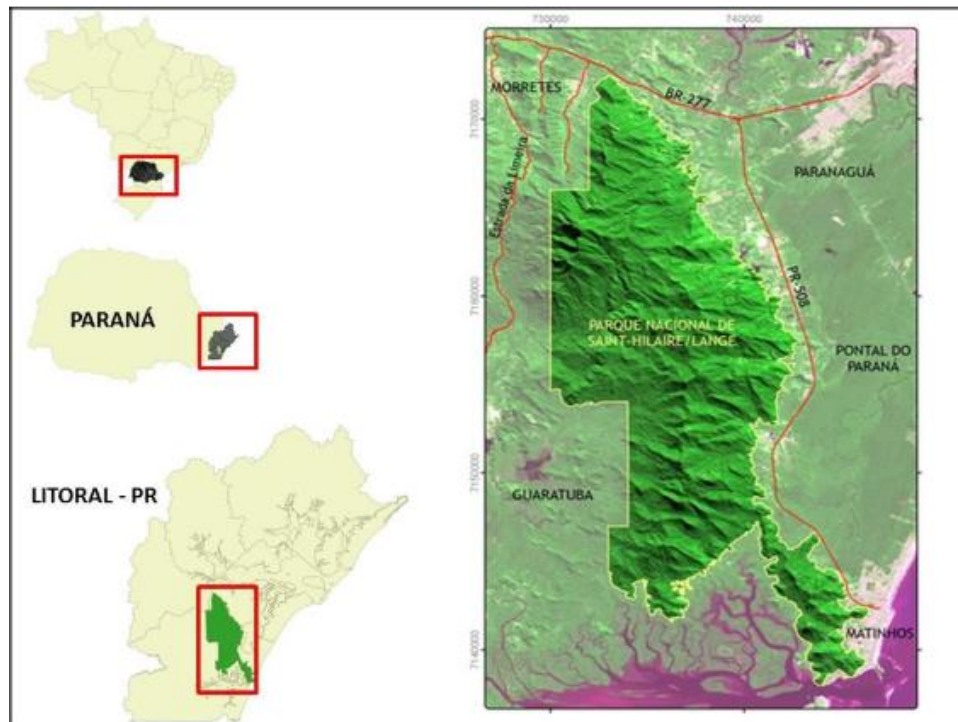
40,00 metros s.n.m., seguindo por esta cota em direção ao Morro Limeira, ainda pela cota de 40 metros até o encontro das coordenadas U.T.M. 730.000 mE e 7.154.500 mN, seguindo então pela coordenada U.T.M. 730.000 mE em direção norte cruzando o Rio de Henrique em direção à localidade denominada Ferradura, continuando pela coordenada U.T.M. 730.000 mE em direção ao Morro Alto, até o ponto de confluência desta coordenada com a coordenada U.T.M. 7.166.000 mN, seguindo por esta em direção leste até a confluência das coordenadas U.T.M. 7.166.000 mN, seguindo então por esta última coordenada em direção norte até a confluência com as coordenadas U.T.M. 7.170.500 mN e 732.000 mE que coincide com a cota de 60,00 metros s.n.m., contornando o Morro Grande pela cota de 60,00 metros em direção a Colônia Taunay, ainda pela cota de 60,00 metros em direção sul até a Colônia Quintilha, continuando pela cota de 60,00 metros cruzando o Rio do Salto, seguindo pela mesma cota cruzando o Rio Corisco, ainda pela cota de 60,00 metros cruzando o Rio das Pombas, continuando pela cota de 60,00 metros em direção à Colônia Pereira, cruzando o Rio da Colônia Pereira, pela cota de 60,00 metros em direção sul, cruzando o Rio Cambará, seguindo em direção ao Morro do Batatal, contornando a base do Morro, continuando pela cota de 60,00 metros até o encontro das coordenadas U.T.M. 7.148.000 mN e 741.350 mE, que coincide com a cota de 20,00 metros s.n.m., seguindo por esta cota e contornando o Morro Jesus pela sua face leste e o Morro Pedra Branca em direção à localidade de Sertãozinho, seguindo pela cota de 20,00 metros em direção ao Município de Matinhos, seguindo por esta mesma cota contornando o Morro do Cabaraquara pela cota de 20,00 metros e o Morro do Itaguá até a confluência das coordenadas U.T.M. 7.139.000 mN e 746.000 mE, sempre excluindo as áreas já ocupadas por comunidades ou povoados e aquelas já urbanizadas." Parágrafo único. Na fixação dos limites definitivos, o Poder Executivo excluirá as áreas de uso para subsistência ou produção intensiva, aquelas eventualmente urbanizadas, bem como as edificações já existentes e de lazer, e poderá excluir áreas relevantes para o desenvolvimento regional ou para as obras de reconhecido interesse público. (Lei Nº10.227, de 23 de maio de 2001)

O Parque está situado no litoral do Paraná a aproximadamente 100 km da capital do Estado, Curitiba, e a 40 km da cidade de Paranaguá. Situa-se na região sul da Serra do Mar do Paraná, fazendo divisa com a baía de Guaratuba, com a região litorânea e com o vale do rio Cubatão, abrangendo regiões que variam de 10 metros sobre o nível do mar até as montanhas da Serra da Prata, com altitudes superiores a 1.400 metros.

O parque foi a primeira Unidade de Conservação (UC) do país criada por lei, e o seu nome é em homenagem a passagem do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire pelo parque na década de 1820, e ao biólogo e ambientalista paranaense Roberto Ribas Lange.

(FIGURA – 1) VISTA ÁEREA DO PARQUE NACIONAL SAINT HILAIRE-LANGE





Fonte:ICMBio

(FIGURA – 2) ALTO DO MORRO DO ESCALVADO VISTO DO BAIRRO BOM RETIRO



Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange - ICMBio

## 5 ANÁLISE DE FORÇAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS

Como recurso metodológico, optou-se por utilizar uma ferramenta comum as pesquisas de análise de cenário/ambiente denominada SWOT em inglês ou FOFA em português, esta sigla na nossa língua é entendida como Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.

Essa análise faz parte da construção de planos estratégicos de desenvolvimento, e entende ser necessário seguir uma sequência para chegar até chegar ao objetivo (plano estratégico). Por meio dessa análise, é possível entender as variáveis internas e externas da região. Com os resultados obtidos na análise, é possível condicionar e viabilizar projetos e ações na região de estudo. (Kummer, 2016)

(...) um sistema simples utilizado para posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa (...). É uma sigla oriunda do inglês e é um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Assim, esta metodologia torna-se uma ferramenta ideal no processo de gestão e monitoramento do turismo de uma determinada localidade, tendo sua autoria creditada a dois professores da Harvard Business School: Kenneth Andrews e Roland Christense (SOUZA DANTAS e SOUZA MELO 2008, P. 120 *apud*. RODRIGUES, Natalia. P. 3.)

### ANÁLISE SWOT REALIZADA NA TRILHA DO MORRO DO ESCALVADO LOCALIZADO NO PARQUE NACIONAL SAINT HILAIRE/LANGE:

#### ✓ FORÇAS (ambiente interno)

- Trilha de pequena distância e nível de realização relativamente fácil;
- Vista do alto do morro e também durante o percurso;
- História do morro onde a trilha se localiza;
- Fauna e flora preservadas;
- Ambiente propício para as práticas de Ecoturismo e Turismo de Aventura.

#### ✓ OPORTUNIDADES (ambiente externo)

- Aumento do fluxo turístico;

- Enfoque diferenciado do ponto turístico da cidade, incentivando cultural e economicamente a unidade;
- Capacidade de receber um projeto de intervenção das iniciativas público e privada, visando resultados positivos;
- Potencializar o crescimento cultural das comunidades locais.

✓ FRAQUEZAS (ambiente interno)

- Carência de investimento das iniciativas no atrativo;
- Poluição com o aumento da demanda turística;
- A trilha necessita de sinalização;
- Limitada gestão na administração da unidade;
- Ausência na segurança do Parque Nacional

✓ AMEAÇAS (ambiente externo)

- -A previsão do tempo que acompanha o litoral;
- -Turismo de massa direcionado ao morro em alta temporada;
- -Crescimento desordenado nas regiões em volta do Parque Nacional;
- -Redução do orçamento do Parque Nacional;
  - -O descontentamento da comunidade local com os projetos de desenvolvimento.

## 6 CRONOGRAMA DE AÇÃO

Nossa proposta de Classe 1, ou intervenção de impactos mínimos seria a implantação de um material de sinalização e orientação nas estradas da trilha que dá acesso ao Morro do Escalvado. Elas se encontram no meio do percurso e são localizadas no começo da Rua Albano Muller, em frente à lanchonete da Vera (FOTO 2), aos fundos de uma residência (FOTO 1).

FIGURA 3– ENTRADA – RUA ALBANO MULLER



FONTE: Os autores (2018)

FIGURA 4:- RUA ALBANO MULLER – LANCHONETE DA VERA



FONTE: Os autores (2018)

A segunda entrada é localizada no alto da rua Orestes Pechebella.

(FIGURA 5 – RUA ORESTES PECHEBELLA)



(FIGURA 6 – RUA ORESTES PECHEBELLA)



(FIGURA 7 – RUA ORESTES PECHEBELLA)





FONTE: Os autores (2018)

Nas duas entradas não existem nenhuma forma de sinalização aos visitantes e necessitam de orientação e informação no local. Serão utilizadas Placas de Entrada de Trilhas nas duas entradas.

(FIGURA 8 - ENTRADA DA TRILHA, RUA ORESTES PECHEBELLA)



(FIGURA 9 - ENTRADA DA TRILHA, RUA ORESTES PECHEBELLA)



(FIGURA 10 - ENTRADA DA TRILHA, RUA ORESTES PECHEBELLA)



FONTE: Os autores (2018)

Exemplo de uma Placa de Entrada de Trilha segundo o Manual de Sinalização de Trilhas do ICMBio(2018) (FIGURA 1 e 2):

(FIGURA 11 – EXEMPLO DE PLACA DE ENTRADA DE TRILHA)



FONTE: ICMBio(2018)

As indicações referem-se: A – Telhado protegendo a placa B - Moldura reforçada, em madeira C – Postes de fixação 1- Mapa da trilha e da unidade de conservação: Na legenda do mapa deverão estar indicados minimamente a escala gráfica, uma rosa dos ventos. 2 - Informações gerais sobre a trilha: distância, tempo estimado do percurso, grau de dificuldade, Perfil altimétrico. 3 - Regras e demais orientações aos visitantes: (por exemplo: levar água, levar chapéu, levar protetor solar, usar calçado adequado, não fazer fogueiras, não consumir bebidas alcóolicas, caminhar em grupos de no mínimo três pessoas, trecho com escalaminhada, precipícios, cobras). 4 - Telefones de emergência (polícia, bombeiros, administração da área protegida) 5 - Termo de conhecimento de risco. 6- logomarcas do órgão gestor, da área protegida e da trilha.

(FIGURA 12 – EXEMPLO DE PLACA DE ENTRADA DE TRILHA)





FONTE: ICMBio(2018)

As indicações seguem: 7 - Um parágrafo sobre a área protegida em que a trilha está contida e seu órgão gestor 8 - Fotos ou ilustrações relativas ao texto. 9 - Texto de um a dois parágrafos sobre algum assunto relativo à respectiva trilha (bilíngue): o que vai ser encontrado pelo caminho: cachoeiras, vistas, ruínas (também bilíngue). 10 - Telefones de hotéis, restaurantes, pousadas próximas à trilha/UC. 11 - Parte inferior centro: Mapa das estradas/ruas e arredores, próximos à placa; de preferência identificando a localização de hotéis, pousadas, restaurantes, supermercados, pontos de ônibus e de táxi, hospitais e polícia. 12- Parte inferior direita: Resumo explicativo do trajeto da trilha. 13 – logomarcas do órgão gestor, da área protegida e da trilha, quando houver.

Outro ponto que receberá sinalização será em uma bifurcação existente, encontrada bem na metade do trajeto onde se encontra as duas trilhas, muitos usuários têm dificuldade nesse ponto em se orientar e acabam seguindo pela trilha que retorna ao acesso da rua Orestes Pechebella, tornando assim o trajeto mais simples e fácil de identificação. (FOTO 4 e 5)

(FIGURA 13– BIFURCAÇÃO EXISTENTE – MEIO DO TRAJETO)



FONTE: Os autores (2018)

(FIGURA 14 – BIFURCAÇÃO EXISTENTE – MEIO DO TRAJETO)



FONTE: Os autores (2018)

De acordo com o Manual de Sinalização de Trilhas do ICMBio(2018) a sinalização direcional indica aos visitantes a direção e o sentido preferencial de um percurso, evitando que se percam. Este tipo de sinalização promove ainda a redução na criação de atalhos e desestimula o pisoteio de áreas sensíveis, entre outros benefícios ambientais.

Exemplos dessa forma de sinalização podem ser vistas na trilha Transcarioca no Parque Nacional da Tijuca (RJ)

(FIGURA 15 – EXEMPLO DE SINALIZAÇÃO NA TRILHA TRANSCARIOCA)



FONTE: ICMBio (2018)

Quanto a dimensão, a seta direcional deverá ter um tamanho mínimo 60x10 cm, para facilitar a visualização à distância por pedestres seguindo o Manual de Sinalização de Trilhas do ICMBio (2018) como mostra abaixo (FIGURA 4).

(FIGURA 16 – EXEMPLO DE SETA DIRECIONAL)



FONTE: ICMBio (2018)

O Alto do morro irá receber um Painel interpretativo, preferencialmente de metal contendo informações de aspectos naturais e culturais da unidade de conservação e outras informações como por exemplo desenhos ou fotografias da fauna e flora local, mapas com a localização, um pouco da história do lugar entre outros conteúdos possíveis, que seria implantado em frente as ruínas.

(FIGURA 17 – ALTO DO MORRO ESCALVADO)



FONTE: Os autores (2018)

(FIGURA 18 – ALTO DO MORRO ESCALVADO - RUÍNAS)



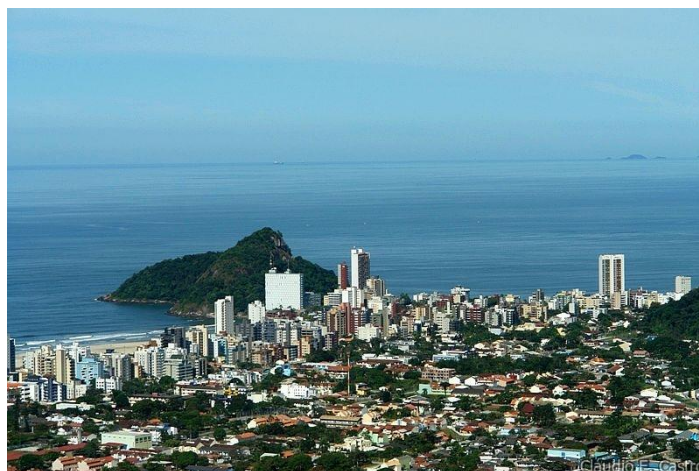
FONTE: Os autores (2018)

(FIGURA 19 – ALTO DO MORRO DO ESCALVADO)



FONTE: Blogspot Claudio E.Castro

(FIGURA 20 – ALTO DO MORRO DO ESCALVADO)



FONTE: Blogspot Claudio E.Castro



Pontos de referência também devem constar no mapa da trilha e ajudam o visitante a se localizar ao longo do caminho, mesmo que não possua ou não tenha familiaridade com equipamentos de navegação (GPS, mapas, bússola). (FIGURAS 5 e 6 - Sinalização interpretativa no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, MG) E deverá ser instalada em local bem visível, conter a denominação do destino e, se possível, a sua altitude. É importante ressaltar que este tipo de sinalização deverá ser fixado de forma reforçada, pois é comum que os visitantes se apoiem nas placas de destino para tirar fotografias.

A trilha do Morro do Escalvado tem como tempo de duração aproximado 40 minutos, um grau de dificuldade médio e cerca de 200 m de extensão, informações como essa serão disponibilizadas nas placas de entrada.

(FIGURA 21 – EXEMPLO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO – DE METAL)



FONTE: ICMBio (2018)

(FIGURA 22 – EXEMPLO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO – DE METAL)



FONTE: ICMBio (2018)



## 7 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

As placas de entrada das trilhas serão confeccionadas em madeira e tinta spray com cores diferenciadas e chamativas para dificultar a degradação pela ação do tempo e facilitar aos visitantes, sua identificação, a placa de informações deverá ser metálica para facilitar adesivar as informações e mais tarde se necessário trocar com facilidade. As placas de sinalização direcional também serão confeccionadas em madeira e tinta spray com seus determinados formatos e cores.

Materiais necessários para confecção e implantação das sinalizações na Trilha do Morro do Escalvado no Parque Saint Hilaire/Lange:

- Paletes de Madeira reciclada
- Placas Metálicas
- Latas de tinta spray (preto, amarelo, vermelho)
- Telhas
- Cerrote
- Pregos
- Martelo
- Cortadeira (pá)
- Rolo de arame
- Trena
- Impressão dos adesivos com as informações

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise teórica sobre o tema para melhor entender as trilhas do Morro do Escalvado – Parque Nacional Saint Hilaire/Lange. Assim gerou-se uma compreensão e envolvimento aprofundado sobre suas trilhas até o presente momento para tentar contribuir com o fomento do desenvolvimento ecoturístico da cidade em uma atividade que já vem ocorrendo durante anos de visitação ao Morro da Cruz/Escalvado.

Conclui-se com esse trabalho que se possa gerar possibilidades de promo o ao atrativo do município, sendo um diferencial turístico para as trilhas da cidade de Matinhos. O material utilizado para o desenvolvimento desse projeto já vem sendo utilizado por outros gestores da área em outras Unidades de Conserva o da Natureza. Pretendeu-se aqui um Plano de Interven o turística ao atrativo natural do município, oferecendo-lhes infraestrutura mínima de recep o ao turista com segurança e a credibilidade que a cidade pode oferecer.

Pode-se identificar a importância na gestão de uma unidade de conserva o de um Parque Nacional e as dificuldades encontradas pela gestão do município para se realizar projetos de interven o como este. Buscou-se as formas corretas para a realiza o dessa interven o turística ambiental se preocupando principalmente com o meio ambiente, o grande valor turístico que o atrativo que o Morro do Escalvado – Parque Nacional Saint Hilaire/Lange tem para o litoral paranaense e para a cidade de Matinhos e com o bem-estar do turista que irá visitar o atrativo turístico.

Desta forma se evidenciou algumas possibilidades para o desenvolvimento da sinaliza o de trilhas do Morro do Escalvado – Parque Nacional Saint Hilaire/Lange, Matinhos – Paraná e espera-se que o presente estudo possa contribuir para o desenvolvimento da cidade.



## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BEZERRA, D. M. F.; PINHEIRO, E.; PRETO, V. L. **Guia do Litoral 2017**. Paraná, Paraná Turismo, 2016. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/GUIADOLITORAL2017.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

BIESEK, A. S.; CARDOZO, P. F. INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL: O CASO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU (FOZ DO IGUAÇU, PR). Cultura. **Revista de Cultura e Turismo**. Foz do Iguaçu. Out. 2004. Disponível em: "<<http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/300/309>>. Acesso em: 13 jul. 2018

Brasil. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. **ECOTURISMO: orientações Básicas 2 edição**, Brasília 2010. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Ecoturismo\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Brasil. **Ministério do Turismo. Guia de Boas Práticas em Turismo**. Ebook Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/boas\\_praticas\\_em\\_turismo\\_1712.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/boas_praticas_em_turismo_1712.pdf)>. Acesso: 22 ago. 2018.

Brasil. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura e Ministério do Turismo, 2010. Volume 11, **Manual de Boas Práticas, Acessibilidade em Ecoturismo e Turismo de Aventura**. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Boas\\_Praticas\\_em\\_Turismo\\_1712.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Boas_Praticas_em_Turismo_1712.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2018.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. **Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para a Economia Nacional - IPEA/UNEP-WCMC/UFRRJ** – 2011, Rodrigo Medeiros, Carlos Eduardo Frickmann Young, Helena Boniatti Pavese & Fábio França Silva Araújo; Editores. – Brasília. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/estudocontribuicao.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2018.

Brasil, Ministério do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, PEDITS. Polo Turístico do Litoral Paranaense**. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/setu/pdf/institucional/PDTISProdutoLitoral.pdf>>. Acesso feito em: 08 set. 2018.

Brasil. Ministério do Turismo. **Plano Diretor de Matinhos – DIAGNÓSTICO MUNICIPAL, SOCIOECÔNOMICO E FÍSICO TERRITORIAL**, PR, Brasil – 2006, Caderno 1 e 2.

Brasil. Lei Nº 10.227, DE 23 DE MAIO DE 2001. Cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire-Lange, no Estado do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 de maio de 2001. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/hilaire%20lange.pdf>> - Acesso em: 10 set. 2018.

CINTRA, L. A.; **TRILHAS INTERPRETATIVAS DA NATUREZA**. Tese (Especialista em Turismo e Desenvolvimento Sustentável). Centro de Exêlencia em turismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/194/1/2007\\_LeonardoCintraAlcantara.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/194/1/2007_LeonardoCintraAlcantara.pdf)>. Acesso em 11 set. 2018.

CRUZ, M. R. B. **PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE MATINHOS: MEMÓRIA E IDENTIDADE**. No prelo. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2486-8.pdf>>. Acesso em 23 set. 2018.

RUDZEWICZ, Laura. **Desenvolvimento do turismo aventura em parques nacionais brasileiros**. Laura Rudzewicz. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/53-desenvolvimento-do-turismo.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

HANAI, Frederico. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, 2012. Disponível em: <<http://www.rbqdr.net/revista/index.php/rbqdr/article/download/589/276>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. .Série - Legislação – ICMBio. Volume 1. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasil. 2009. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/legislacaoambiental volume1.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2018

**Livreto Turismo de Aventura: Orientações Básicas**. 3 Edição. Brasil, 2010. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo de Aventura Versxo Final IMPRESSxO .pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Aventura_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf). Acesso em: 06 ago. 2018

LOANA, Fernandes Coelho (Coord.) **TURISMO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS: algumas reflexões sobre o caso da APA do Cairuçu – RJ**, Universidade Federal de Uberlândia - UFU Instituto de Geografia – Laboratório de Geografia Agrária – 20 a 22 de junho de 2006, LAGEA II Encontro de Grupos de Pesquisa. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t52.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

LUZ, A. C.; OLIVEIRA, M. B.; ANNUNCIAÇÃO, C. A. F. **Trabalho Interdisciplinar de Turismo e Hospitalidade – Matinhos**. Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná. Matinhos. 2006. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40734/Ana%20Caroline%20da%20Luz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 29 mai. 2018.

GOMES, Marco Antônio Ferreira. **Água: sem ela seremos o planeta Marte de amanhã**. Março de 2011. Disponível em: <[http://webmail.cnpma.embrapa.br/down\\_hp/464.pdf](http://webmail.cnpma.embrapa.br/down_hp/464.pdf)>. Acesso em 13 mai. 2018.

**Manual de Sinalização de Trilhas** - Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (2018). Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoesdiversas/manual\\_de\\_sinalizacao\\_de\\_trilhas\\_ICMBio\\_2018.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoesdiversas/manual_de_sinalizacao_de_trilhas_ICMBio_2018.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2018.

Orientações para prestadores de Serviços Turísticos. **Turismo e Sustentabilidade**, Brasil, 2016. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/images/pdf/06\\_06\\_2016\\_mtur\\_guia\\_turismo\\_sustentabilidade.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/06_06_2016_mtur_guia_turismo_sustentabilidade.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2018.

**PR-508 - Alexandra – Matinhos**. Disponível em: <<http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=19>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

**Parque Nacional de Saint-Hilaire Lange/Serra da Prata**. Disponível em: <https://parnasainthilairelange.wordpress.com/morro-do-escalvado/>. Acesso em: 24 set. 2018

**PROGRAMA DE REGIONALIZACAO DO TURISMO - DIRETRIZES**.pdf. Disponível em: <[http://webmail.cnpma.embrapa.br/down\\_hp/464.pdf](http://webmail.cnpma.embrapa.br/down_hp/464.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2018.

RAINFOREST ALLIANCE.; INSTITUTO ESTRADA REAL.; **Guia de Boas Práticas para o Turismo Sustentável**. Minas Gerais. Ebook. Disponível em: <<https://www.rainforest-alliance.org/business/sites/default/files/uploads/3/Guia-de-Boas-Praticas-para-o-Turismo-Sustentavel.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

RIBEIRO, Heloy Ignacio. **Histórico da ocupação do balneário de Caiobá: um relato sob a perspectiva da história ambiental**, Estudante do 3º ano do curso de graduação em Gestão Ambiental da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT8-1034-918-20080510234846.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

Trabalho Interdisciplinar de Turismo e Hospitalidade - Matinhos. **Trabalho Interdisciplinar apresentado à Câmara Técnica de Turismo e Hospitalidade do Curso de Turismo e Hospitalidade da Universidade Federal do Paraná Campus Litoral**. 2006 Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40734/Ana%20Caroline%20da%20Luz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 14 jul. 2018.

**Unidades de conservação ganham manual de sinalização de trilhas**. Disponível em: <[https://www.wwf.org.br/informacoes/sala\\_de\\_imprensa/?48023/Unidades-de-conservacao-ganham-manual-de-sinalizacao-de-trilhas](https://www.wwf.org.br/informacoes/sala_de_imprensa/?48023/Unidades-de-conservacao-ganham-manual-de-sinalizacao-de-trilhas)>. Acesso em: 03 jun. 2018.

VIKOU. S. V. P. **URBANIZAÇÃO E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NO MUNICÍPIO DE MATINHOS – PR: CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DAS**

# **ÁREAS DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DE SAINT HILAIRE/LANGE.**

Trabalho de Graduação (Bacharelado em Gestão Ambiental). Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45514/Sidney%20Vincent%20de%20Paul%20Vikou.pdf?sequence=1>>.

Acesso em: 08 ago. 2018.

Zaú, A.S. A conservação de áreas naturais e o Ecoturismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.2, maio/jul 2014, pp.290-321. Disponível em: <<http://sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/viewFile/711/682>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

Ikemoto, S. M. **AS TRILHAS INTERPRETATIVAS E SUA RELEVÂNCIA PARA PROMOÇÃO DA CONSERVAÇÃO:** Trilha do Jequitibá, Parque Estadual dos Três Picos (PETP), RJ. Niterói-RJ. Dissertação de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense. 2008.

KUMMER, D. C.; SILVEIRA, R. L. L. **A importância da Matriz SWOT (FOFA) no contexto dos planos estratégicos de desenvolvimento do Rio Grande do Sul.**

Santa Cruz do Sul, RS. Revista Jovens Pesquisadores. 2016. Disponível em:

<<https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/download/7250/4909>>. Acesso em: 07 mai. 2018

VIKOU, Sidney Vincent de Paul; CHEMIN, Marcelo; ABRAHÃO, Cinthia Maria de Sena. **Turismo e parques no litoral do Paraná (Brasil):** Breve estudosobre o Parque NacionalSaint-Hilaire/Lange. 2017. Disponível em:

<<https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/8591/8539>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/8/186.pdf>

